

# SINDICALISMO HOJE

*Erico Sachs*

Qual a situação do sindicalismo brasileiro, hoje, após 18 anos de regime militar? Não se pode responder a essa pergunta sem levar em conta as mudanças pelas quais a classe operária passou nesse espaço de tempo.

Durante a fase de repressão indiscriminada, antes da "abertura", tivemos poucas manifestações de luta e de resistência contra as condições de vida e de trabalho, impostas à classe operária com a ajuda da máquina do Estado. Houve, sim, as greves de Contagem e Osasco, que foram levadas à frente por comitês de empresa (hoje se diria Comissões de Fábrica). Em ambos os municípios, as greves (a rigor, três, duas em Contagem e uma em Osasco) foram esmagadas pelo regime. Mas, posteriormente, a luta nunca cessou inteiramente sem, todavia chegar a confrontos abertos. Frequentemente os conflitos tomaram a forma de "operações tartaruga". Houve também paralisações isoladas, como na Villares, mas a palavra "greve" foi cautelosamente evitada. Finalmente, em fins de 1977, houve a "Campanha de Reposição Salarial" entre os metalúrgicos de São Bernardo, que embora sem atingir os seus objetivos, pela primeira vez mobilizou massas, contando com assembleias de 5.000 operários.

Quando surgiram as greves do ABC, em 1978, tornou-se patente que importantes setores da classe tinham absorvido parte da experiência do passado. A primeira onda de greves deu-se à base de Comissões de Fábrica. E, na medida em que essas ondas se propagavam do seu centro, o ABC, pelo resto do país, eram Comissões de Fábrica que as lideravam. Tratava-se da resposta espontânea da classe operária ao fato de o sindicalismo oficial, atrelado e enfraquecido por intervenções e outras formas de repressão, não ter estado em condições para defender as reivindicações mais elementares da classe operária durante a ditadura militar.

As Comissões tinham sido uma resposta ao sindicalismo atrelado, mas uma resposta transitória. Não se mantiveram. Com poucas exceções (como na Fiat-Diesel, no Estado do Rio, onde foi desmantelada na última greve contra o desemprego), as Comissões se dissolviam depois de preencher as suas tarefas imediatas, uma campanha salarial ou uma greve etc. Para isso contribuiu também o fato de sindicalistas combativos, como Lula, na primeira fase, ter visto nas Comissões um órgão rival ao sindicalismo "autêntico". A experiência posterior causou uma mudança de atitude. Lula, recentemente, empenhou-se na organização de uma Comissão na "Ford", em São Bernardo.

Já tinha surgido o sindicalismo "autêntico". Tratava-se de poucos Sindicatos combativos, a começar pelos metalúrgicos de São Bernardo, que se identificaram com as aspirações da classe e lideravam a luta contra o patronato e a política governamental. A greve de 1979, de São Bernardo, já foi liderada pelo Sindicato e não mais pelas Comissões. Esta greve não chegou mais a pegar patrões e governo de surpresa. Os seus resultados práticos não podiam ser tão espetaculares, como no ano anterior. Não se concluíam mais Acordos Coletivos entre patrões e assalariados. A intervenção direta do Estado pesou de novo.

O confronto maior se deu em 1980. Desta vez a repressão estava disposta a exterminar o "mal" pela raiz. As greves de São Bernardo tinham repercutido no país inteiro, encorajando movimentos similares até entre os sindicatos rurais incipientes. Em 1980, patronato e governo estavam decididos a causar uma derrota ao setor de vanguarda do proletariado brasileiro, para poder assegurar a "tranqüilidade" no resto do país e impor a sua política econômica.

Em parte o conseguiram. Durante um ano, depois de greve de São Bernardo, não houve nenhum movimento análogo nos centros industriais do país. E mesmo o Sindicato de São Bernardo, em 1981, achou por bem não procurar novo confronto sob as relações de forças reinantes, para não arriscar nova derrota e a própria organização dos metalúrgicos, que ainda se estava recuperando da recente intervenção. Essa tendência geral só sofreu mudanças com o surgimento do problema grassante do desemprego, levantado publicamente primeiro na "Volks" e que levou à greve da Fiat - Diesel.

Já antes de a situação ter chegado a esse ponto, colocara-se de novo, de uma forma incisiva, o problema da luta contra o atrelamento sindical. Colocou-se publicamente em dois níveis, durante a greve dos metalúrgicos de São Paulo. Em primeiro lugar, por ocasião da intervenção do Ministério do Trabalho no Sindicato, mostrando que qualquer greve maior, que contrariasse a política econômica do governo, seria declarada ilegal nas atuais circunstâncias. Em segundo lugar, o problema ficou colocado sob o ângulo das relações de forças desfavoráveis aos operários em qualquer greve de peso maior. Em São Bernardo, os metalúrgicos de um só município, praticamente (Diadema, no caso, não pesava), enfrentavam na greve não somente uma das concentrações regionais mais poderosas de multinacionais, como também a FIESP, a organização dos patrões de todo o Estado de São Paulo, além da repressão direta, jurídica e física, que contava com o beneplácito do governo federal.

Ficou patente que a situação dos sindicatos no Brasil é única. Em outros países capitalistas, os sindicatos são organizados em bases estaduais ou nacionais. Mesmo quando as greves são locais, colocam recursos estaduais ou nacionais à disposição. No Brasil, os Sindicatos são, em sua grande maioria, organizados pela base territorial menor existente, o município. E assim mesmo são proibidos por lei de formar fundos de greve. Os metalúrgicos de São Bernardo contornaram o problema, fundando um fundo de greve como sociedade civil. Uma solução que se impõe, nas atuais circunstâncias, mas que não substitui um fundo de greve por contribuições regulares da classe.

Foi a experiência das greves de São Bernardo que colocou o problema latente da libertação dos sindicatos do atrelamento, em termos concretos, à classe operária. Para qualquer operário, com um mínimo de consciência de classe, as limitações dos Sindicatos existentes para enfrentar os problemas vitais da classe já estavam evidentes. Para a grande massa dos trabalhadores, eram em geral as lideranças sindicais os responsáveis pela situação reinante nas diversas categorias. Havia diretorias sindicais "boas" e outras "más". Agora colocou-se um problema novo. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo era indiscutivelmente "boa", pois liderava a luta pelas reivindicações da classe, mas assim mesmo não conseguiu se impor aos patrões. E se o empenho unânime dos metalúrgicos de São Bernardo, liderados por uma diretoria excepcionalmente combativa, foi derrotado, foi sobretudo pela presente estrutura sindical atrelada, que impediu uma mobilização de recursos necessários para o confronto entre capital e trabalho, na escala em que se dera.

Em que consiste de fato o atrelamento sindical?

Todo mundo sabe que é uma consequência da CLT, legislação trabalhista adotada há mais de quarenta anos, durante o Estado Novo. São relativamente poucos os instrumentos, que permitem ao Estado controlar a vida sindical. Há, em primeiro lugar, as leis que possibilitam ao Ministério do Trabalho intervir diretamente e eliminar diretorias não-conformistas. Há o controle financeiro dos sindicatos através do Banco do Brasil, que impede a formação de fundos de greve. Há o "estatuto padrão", obrigatório para todos os sindicatos, que dificultam uma participação real das bases na vida sindical e que fomenta o peleguismo. Há a "Comissão de enquadramento" do Ministério do Trabalho, que delimita o raio de ação do sindicato, velando para que não se torne forte demais. E há o "imposto sindical", que produz e reproduz o peleguismo em todos os níveis. Evidentemente, há mais parágrafos e cláusulas, mas aí temos os instrumentos fundamentais que amordaçam a nossa vida sindical.

Nem todas as forças descontentes e potencialmente renovadoras do sindicalismo brasileiro vêem perspectivas palpáveis para uma libertação dos sindicatos do atrelamento. O objeto da Liberdade Sindical fica desejável, mas difuso no horizonte de um futuro desenvolvimento ainda indecifrável. Sinal é que nenhum dos partidos políticos, que fizeram a sua profissão de fé pela liberdade sindical, ousou erguer essa bandeira no Congresso Nacional, para iniciar a luta, para mobilizar as massas trabalhadoras numa campanha para a derrocada da legislação estado-novista.

Na medida, porém, em que a denúncia de estrutura sindical existente penetra nas massas operárias, delineia-se uma reação organizada em forma das Oposições Sindicais. Por Oposição Sindical entende-se o surgimento de facções sindicais que questionam não só determinadas lideranças pelegas, mas a própria estrutura sindical. Não se formam somente nas horas das

eleições, mas têm a sua vida própria, mesmo como grupos minoritários entre duas eleições. Pioneira nesse terreno foi a Operação Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, que apesar de derrotas eleitorais tornou-se o centro de irradiação para muitas organizações semelhantes no resto do país.

Sindicatos autênticos e Oposições Sindicais são hoje os dois esteios de um movimento que na prática combate a estrutura sindical herdada. O futuro dessas lutas dependerá em grande parte da capacidade dessas duas forças de se entenderem e coordenarem o seu potencial. Surgidas sob condições diferentes, as relações entre ambas nem sempre foram boas. No ENTOES, ainda, isso impediu uma ação coordenada. O recente CONCLAT, entretanto (inclusive a sua preparação), indica rumos novos.

O CONCLAT, sobretudo, já permitiu um primeiro balanço das relações de forças existentes no nosso sindicalismo. Não podemos julgar o resultado pelas resoluções "sociais e políticas", submetidas à votação na última hora, no seu desfecho, quando dos 5.000 delegados cerca de 400 estavam presentes (resoluções que incluíram a "Convocação de uma Assembléia Constituinte"). Decisivo foi a discussão em torno da formação da chapa "pró-CUT", quando houve uma prova de força das duas tendências fundamentais existentes na nossa vida sindical: de um lado as forças situacionistas do peleguismo, reforçadas por frações da esquerda reformista, PCB, PCdoB, e MR-8 e, do outro lado, os contestadores da estrutura sindical, liderados por "Autênticos" e Oposições Sindicais. E, para surpresa geral, e dos próprios atuantes nos dois campos, os contestadores não ficaram em minoria. Pelo menos se igualaram aos da situação.

Falamos em surpresa, porque indubitavelmente o campo da situação, a chamada "Unidade Sindical", conseguiu reforçar-se durante o impasse criado com o resultado da última greve de São Bernardo, enquanto que os contestadores não dispunham de organização semelhante. Não há dúvida, também, que para esse resultado contribuiu um fator novo, o rápido crescimento e a influência do sindicalismo rural, que apesar de ainda inexperiente, não sofre demasiadamente da herança pelega. Trata-se aqui de um fenômeno que merece um estudo à parte, mas que ultrapassa os limites deste trabalho.

Finalizando, podemos constatar que:

1. As mudanças pelas quais percorreu o proletariado brasileiro no decorrer da última década e meia, representam um processo do amadurecimento da classe. O desmoronamento político do populismo teve também as suas conseqüências no terreno sindical, onde cresce o descontentamento com o sistema herdado do Estado Novo, que sobreviveu à "redemocratização" de 1945 e que serviu às Forças Armadas para assegurar "paz social" até 1978.

2. O desenvolvimento da classe operária brasileira se dá de uma maneira desigual, tendo sido mais acentuado em São Paulo, principalmente em São Bernardo, irradiando a sua influência pelo resto do país. É em São Paulo onde se encontra o berço dos Sindicatos Autênticos, como também das Oposições Sindicais. Mas, mesmo naquela região, o desenvolvimento não é igual. A expansão industrial dos últimos anos fez que a classe operária absorvesse novas camadas da população, cuja experiência de luta não ultrapassa o nível da oposição burguesa, que durante muitos anos teve o monopólio da oposição legal. É nestas camadas mais atrasadas politicamente (marcadas ainda pelo paternalismo e cuja consciência sindical não passa o nível do "assistencialismo"), que se apóia o peleguismo, reforçado pelos seus aliados reformistas da esquerda e que procura retornar às linhas da política sindical de 1945/47.

3. O desenvolvimento do proletariado brasileiro como classe abalou e superará a atual estrutura sindical, surgida sob condições históricas já ultrapassadas.

Simultaneamente, o futuro amadurecimento da classe operária brasileira dependerá da destruição e superação da atual estrutura sindical, a qual impede que o proletariado faça sentir o seu potencial político e social, que formara na sociedade durante as últimas décadas de expansão industrial. A conquista dos sindicatos livres ainda não solucionará os problemas fundamentais dos trabalhadores brasileiros, não será uma panacéia, mas fornecerá um instrumento e representará uma "escola", que os prepararão melhor para enfrentar o seu futuro.

(Publicado na *Revista do CEACULT -Centro de Estudos e Atividades Culturais* - Volume I, Jan/Fev 1982. Texto digitalizado e revisado com base na coletânea "*Andar com os Próprios Pés*", Belo Horizonte, SEGRAC. 1994).